



**TERMO DE REFERÊNCIA 20/2026**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE SOM PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS.**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

O presente termo de referência tem por objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE SOM PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS.**

Conforme especificação dos itens a seguir:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>
<b>01</b>	<p><b>Acompanhamento técnico PRESENCIAL do sistema de som durante as sessões e outros eventos da Câmara Municipal de Três Passos.</b></p> <p>Descrição do item:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prestação de serviço de acompanhamento técnico presencial durante as sessões plenárias e outros eventos da Câmara/órgão contratante, visando garantir o correto funcionamento do sistema de sonorização.</li><li>• O profissional deverá comparecer ao local com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início da sessão ou outro evento, permanecendo durante todo o período de realização da sessão plenária, até o seu encerramento.</li><li>• Durante a permanência no local, o técnico deverá prestar suporte técnico relacionado ao sistema de som, auxiliando os servidores responsáveis pela operação dos equipamentos e realizando verificações preventivas para garantir a qualidade do áudio durante a sessão.</li><li>• O profissional também deverá orientar e prestar treinamento prático aos servidores designados pela contratante, com o objetivo de capacitá-los para a correta operação do sistema de sonorização.</li><li>• Todas as despesas necessárias para a execução do serviço, incluindo deslocamento, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros custos operacionais, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, não cabendo à</li></ul>	Unid	10



	contratante qualquer ônus adicional além do valor contratado.		
02	<p><b>Acompanhamento técnico REMOTO do sistema de som durante as sessões e outros eventos da Câmara Municipal de Três Passos.</b></p> <p><b>Descrição do item:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prestação de serviço de acompanhamento técnico remoto durante as sessões plenárias e outros eventos da Câmara Municipal, por meio de chamada de áudio ou vídeo, visando garantir o correto funcionamento do sistema de sonorização.</li><li>• O profissional deverá estar disponível para atendimento remoto com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do início da sessão ou outro evento, acompanhando e orientando a equipe durante todo o período de realização da sessão plenária, até seu encerramento.</li><li>• Durante o acompanhamento, o técnico deverá prestar suporte técnico aos servidores responsáveis pela operação dos equipamentos, realizando verificações preventivas e solucionando eventuais problemas que possam comprometer a qualidade do áudio.</li><li>• O profissional também deverá orientar e fornecer treinamento remoto prático aos servidores designados pela contratante, capacitando-os para a correta operação do sistema de sonorização.</li><li>• Todas as despesas necessárias para a execução do serviço remoto, incluindo eventuais custos de comunicação ou conectividade, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não cabendo à contratante qualquer ônus adicional além do valor contratado.</li></ul>	Unid	10

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação baseia-se no ETP n° 20/2026.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

**3.1** A formação de registro de Preços para a eventual e futura **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE SOM** do Poder Legislativo de Três Passos.

**3.2** A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação com base no art 75, Inciso II da Lei 14.133/21.

**3.3.** O Presente processo de Dispensa de Licitação será do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

### 4.1. Requisitos gerais



Para contratação do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.1.2.A empresa a ser contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de sonorização, comprovando experiência prévia compatível com o objeto da contratação.**

4.1.3.Os serviços deverão ser executados com observância às normas técnicas aplicáveis, boas práticas do setor e padrões de qualidade que garantam o pleno funcionamento do sistema de som da Câmara Municipal.

## **4.2 Requisitos técnicos**

4.2.1.A contratada deverá possuir conhecimento técnico para atuar em equipamentos de áudio profissional, incluindo, mas não se limitando, as mesas de som, amplificadores, caixas acústicas, cabeamento e demais componentes do sistema de sonorização.

### **4.2.2.Deverá ser capaz de realizar:**

4.2.2.1. Diagnóstico de falhas e problemas técnicos;

4.2.2.2. Ajustes e regulagens no sistema de áudio;

4.2.2.3. Testes de funcionamento e qualidade sonora.

## **4.3 Requisitos de execução dos serviços**

Os serviços deverão ser prestados de forma eventual, conforme demanda da Câmara Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

### **4.3.1A contratada deverá:**

4.3.1.1. Atender às solicitações da Câmara Municipal em prazo razoável;

4.3.1.2. Prestar suporte técnico presencial durante sessões legislativas, quando solicitado;

4.3.1.3. Disponibilizar atendimento remoto para orientação e suporte técnico;

4.3.1.4. Executar os serviços sem comprometer o andamento das atividades institucionais.

## **4.4 Requisitos de qualificação técnica**

4.4.1. A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio de **atestados de capacidade técnica** ou outros documentos equivalentes.

## **4.5 Requisitos de suporte e atendimento:**

4.5.1. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação eficiente para atendimento das demandas, garantindo agilidade na resposta e solução de problemas.

4.5.2. O suporte técnico deverá contemplar:

4.5.2.1. Atendimento a chamados técnicos;

4.5.2.2. Orientação aos servidores;



**4.5.2.3.** Acompanhamento técnico durante eventos, quando necessário.

#### **4.6 Requisitos de materiais e equipamentos**

Todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, não gerando custos adicionais à Câmara Municipal.

#### **4.7 Requisitos de sustentabilidade**

**4.7.1.** Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que promovam a durabilidade dos equipamentos, a redução de desperdícios e o uso racional de recursos, priorizando o correto uso dos equipamentos.

#### **4.8. Requisitos legais**

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas pertinentes à execução do objeto.

#### **4.9. Da validade do registro de preços:**

**4.3.1** A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados da data de emissão da mesma. Podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse da Câmara Municipal de Vereadores e no caso de economicidade.

#### **4.10 Das condições de fornecimento:**

**4.10.1.** O objeto, após a assinatura e publicação da ata de registros de preços será fornecido conforme necessidade da Câmara Municipal de Vereadores, pelo período de **12 (doze) meses**. A autorização de fornecimento e o empenho serão emitidos, nas quantidades necessárias. Os serviços deverão ser prestados conforme empenho, nas quantidades solicitadas, no seguinte endereço: Rua Salgado Filho nº 79, centro de Três Passos-RS no prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**4.10.2.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Câmara Municipal de Três Passos.

**4.10.3.** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações descritas, poderá a Câmara Municipal rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de **72 horas**.

#### **4.11. Obrigações da Contratante.**

##### **4.11.1. São obrigações da Contratante:**

4.11.1. 1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

4.11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



4.11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4.11.2. A Câmara Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4.12. Obrigações Da Contratada.**

4.12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade.

4.12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.12.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros em razão da execução do contrato.

4.12.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

4.12.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.12.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.12.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.12.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021.

4.12.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

a) Os serviços que tratam o presente Termo de Referência deverão ser executados com zelo e destreza.

b) Os serviços deverão ser prestados de segunda-feira a sexta, em horário comercial ou em horário a ser estabelecido e alterado de acordo com a conveniência administrativa, devendo ser feita escala de horário, de forma que seja a melhor para atender aos serviços.

#### **4.13. Do pagamento.**

4.13.1. O pagamento será realizado até 05 (cinco) dias após a realização dos serviços e recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.



**4.13.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**4.13.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/boleto ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**4.13.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**4.13.5.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**4.13.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

#### **4.14. Do Reajuste.**

4.14.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, conforme previsto no edital e nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

4.14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.14.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.14.4. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### **4.15. Da garantia de execução.**

4.15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

Prestação de serviços será paga somente após a sua prestação.

#### **4.16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

##### **4.16.1. Das Infrações Administrativas**

4.16.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

4.16.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato.

4.16.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4.16.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato.

4.16.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

4.16.1.1.5. não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

4.16.1.1.6. não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



4.16.1.1.7. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado.

4.16.1.1.8. apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

4.16.1.1.9. fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato.

4.16.1.1.10. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza.

4.16.1.1.11. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

4.16.1.1.12. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### **4.16.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

4.16.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.16.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

4.16.2.2.1. advertência, para a infração prevista no item subitem 4.16.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

4.16.2.2.2. multa, nas modalidades:

4.16.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 4.16.1.1.1. a 4.16.1.1.12

4.16.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

4.16.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 4.16.1.1.2. a 4.16.1.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

4.16.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 4.16.1.1.8. a 4.16.1.1.12.

#### **4.17. Da Aplicação das Sanções**

4.17.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

4.17.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

4.17.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

4.17.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

4.17.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

4.17.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.17.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

4.17.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

4.17.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão publicadas no site da Câmara Municipal ([www.trespassos.rs.leg.br](http://www.trespassos.rs.leg.br)) em ícone próprio.



#### 4.18. Da execução da garantia contratual

4.18.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo.

4.18.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

4.18.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

4.18.4. Esgotados o prazo elencado no item 13.18.3, para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária.

4.18.5. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados no item 3.18.3 sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

#### 5. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A gestão e fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na Resolução de Mesa nº 5, de 12 de janeiro de 2024, que Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Três Passos, as funções essenciais a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### 6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 05 (cinco) dias após a realização dos serviços e recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

#### 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Conforme proposto no ETP, a empresa licitante será selecionada mediante processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 12/2026, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

#### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o **Valor Máximo Total de R\$ 8.490,00 (oito mil, quatrocentos e noventa reais)**, conforme mencionado no estudo técnico preliminar elaborado anteriormente ao presente termo.

SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Acompanhamento técnico PRESENCIAL do sistema de som durante as sessões e outros eventos da Câmara Municipal de Três Passos.	Unid	10	R\$ 556,50	R\$ 5.565,00
02	Acompanhamento técnico REMOTO	Unid	10	R\$	R\$



Câmara Municipal de Três Passos  
Estado do Rio Grande do Sul  
Poder Legislativo Municipal

<b>do sistema de som durante as sessões e outros eventos da Câmara Municipal de Três Passos.</b>			292,50	2.925,00
<b>Valor Total: R\$ 8.490,00 (oito mil, quatrocentos e noventa reais)</b>				

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS

Unidade: 01 Secretaria da Câmara

Proj/ativ.: 2194 Manutenção das atividades do Poder Legislativo

Elemento: 3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Três Passos/RS, 13 de abril de 2026.

Emanuelle C. C. Petrazzini  
Diretora Geral